

Sérgio Cabral diz que comprou jóias com sobras de campanha

Em depoimento de 20 minutos ao juiz da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, Marcelo Bretas nesta quarta-feira (24/5), o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (PMDB) quase só respondeu às perguntas de seus advogados e disse que comprou jóias para sua mulher, Adriana Ancelmo, com sobras de campanha.

Reprodução



Sérgio Cabral (PMDB) é acusado de ter liderado esquema de corrupção em obras públicas quando era governador do Rio.
Reprodução

Cabral ficou em silêncio durante quase toda a audiência ocorrida no auditório da Justiça Federal, no Centro da capital fluminense. Ele respondeu a apenas uma pergunta do juiz Bretas, quando negou ter desafetos entre as testemunhas e réus que se pronunciaram no processo.

O ex-governador admitiu que comprava joias da joalheria Antônio Bernardo para a esposa, Adriana Ancelmo, em espécie, em datas festivas e voltou a admitir que o dinheiro vinha de sobras de campanha eleitoral. Ele voltou a negar, como fez em outras audiências, que Adriana soubesse de esquemas de caixa dois orquestrados por ele.

"Sempre respeitamos nossas individualidades. Jamais interferi no dia a dia do escritório dela e jamais ela interferiu no meu dia a dia. Nunca recebi nenhum valor do escritório de Adriana", declarou.

Sem suborno

O ex-governador afirmou que nunca recebeu vantagens indevidas das empreiteiras Andrade Gutierrez e Carioca Engenharia. Cabral disse que se reuniu com representantes da Andrade Gutierrez apenas para tratar de temas técnicos relacionados às obras contratadas pelo governo do estado.

Além disso, o peemedebista negou saber da existência de caixa dois na campanha do governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), em 2014. Segundo o ex-secretário de Obras de Cabral, Hudson Braga, que está preso, a Andrade Gutierrez pagou 1% de suborno para autoridades públicas sobre o contrato do Programa de Aceleração do Crescimento das Favelas em Manguinhos, na zona norte do Rio, e que a verba era conhecida como "taxa de oxigênio".

Prazo para diligências



O Ministério Público Federal agora terá três dias para fazer diligências. O procurador Leonardo Cardoso de Freitas informou que a acusação não tem dúvidas de que Cabral chefiou organização criminosa e desviou milhões dos cofres do estado e da União.

"Nada do que foi dito hoje pelo senhor Sergio Cabral foi capaz de abalar nossa convicção na prova produzida e nos fatos imputados a ele e aos demais réus. O Ministério Público vai pedir sua condenação", disse o procurador que lamentou o fato de Cabral ter se negado a responder as perguntas do juiz e do MPF.

"Várias pessoas corroboraram tudo que foi dito na denúncia, réus confessaram o crime. Gostaria de saber se todas essas pessoas fizeram um complô contra ele. Essa é uma indagação que gostaria de ter feito a ele", afirmou Freitas.

A defesa também terá três dias para se manifestar. A sentença deve sair em julho, após as considerações finais da defesa de Cabral e do MPF, que devem durar pelo menos uma semana.

Só com câmera

O juiz Guilherme Schilling Pollo Duarte, da Vara de Execuções Penais do Rio, exigiu a instalação de uma nova câmera na entrada do Presídio de Benfica, Zona Norte carioca, antes que Cabral e outros presos da "lava jato" com curso superior sejam transferidos para lá. Atualmente, o ex-governador está na prisão Bangu 8, no Complexo de Gericinó, Zona Oeste do Rio.

Duarte ordenou a medida após a equipe de fiscalização da VEP constatar, durante visita, a necessidade de se instalar uma câmera de ângulo frontal no controle de acesso à unidade.

Nona denúncia

Também nesta quarta, o juiz Marcelo Bretas [aceitou](#) nova denúncia do MPF contra o ex-governador e outras nove pessoas. Eles são acusados de receber quase R\$ 47 milhões de propina da Carioca Engenharia em troca de fraudes em licitações e superfaturamento de obras públicas. Com isso, Sérgio Cabral virou réu pela nona vez.

Cabral foi [preso preventivamente](#) em novembro do ano passado e aguarda decisão da Justiça, no presídio Bangu 8, no Complexo de Gericinó. Ele é acusado de ter liderado esquema de corrupção, quando era governador, com superfaturamento de obras públicas. *Com informações da Agência Brasil e da Assessoria de Imprensa do TJ-RJ.*

Date Created

25/05/2017